



**EDITAL IV - RETIFICADO**  
**PROCESSO Nº 25.000.039021.2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90305/2025**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES/PB, por intermédio da Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados abaixo realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO por LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Licitação COMPRAS.GOV.BR nº:		90305/2025	
DATA DA SESSÃO:	29/06/2026	Contratante (UASG):	927261
Horário de Abertura da Sessão Pública:		09 horas (Horário de Brasília)	
LOCAL: <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>			
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:		Secretaria de Estado da Saúde - SES/PB	
Telefone:	(83) 3211-9092	Email:	<a href="mailto:sublic@ses.pb.gov.br">sublic@ses.pb.gov.br</a>
Endereço:	Av. Dom Pedro II, 1826, Torre, João Pessoa-PB, 58.040-903.		
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Item	Modo de Disputa:	Aberto e Fechado





## 1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO E DE ELEVADOR, COM INSTALAÇÃO, TESTES, COMISSIONAMENTO E ENTREGA TÉCNICA, DESTINADOS À OBRA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL JANDUHY CARNEIRO, NO MUNICÍPIO DE PATOS/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e aquelas constantes do Termo de Referência, prevalecerão as definições, especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, por constituir o documento técnico balizador da contratação.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações, descrições ou quaisquer informações constantes no sistema eletrônico de compras e aquelas previstas neste Edital e em seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital e de seus anexos, especialmente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, por constituírem o conjunto normativo e técnico que rege a presente contratação.

1.4. A contratação compreenderá o fornecimento, transporte, descarga, instalação, testes operacionais, comissionamento, entrega técnica, treinamento operacional e garantia dos equipamentos previstos no Termo de Referência.

1.5. O fornecimento será realizado conforme as condições e cronograma estabelecidos no Termo de Referência.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu





representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;





2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. O licitante deverá apresentar, quando solicitado, Ficha Técnica do Produto correspondente ao item ofertado, contendo todas as características necessárias à análise de conformidade com o Termo de Referência.

4.2.2. A ausência da documentação técnica exigida poderá ensejar a desclassificação da proposta.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na





Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.





4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA





5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. PREÇO UNITÁRIO DE CADA ITEM, expresso em moeda corrente nacional (R\$), observando-se que o julgamento da licitação ocorrerá pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.

5.1.2. Descrição do objeto ofertado, contendo marca, modelo, fabricante e demais informações necessárias à identificação dos equipamentos ofertados, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios





necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM, observando-se que o julgamento ocorrerá pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.





6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$100,00 (cem reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.





6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.





6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares eventualmente exigidos para análise da proposta.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº





14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992. , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.





7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;





7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.





7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações técnicas do objeto, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação da área técnica demandante.

7.14. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado:

- a) Catálogo técnico;
- b) Prospecto;
- c) Memorial descritivo;
- d) Ficha técnica do fabricante;
- e) Demais documentos necessários à comprovação da compatibilidade do equipamento ofertado com as especificações constantes do Termo de Referência.

7.15. A ausência da documentação técnica solicitada, ou a apresentação de documentação incompatível com as especificações exigidas, poderá ensejar a desclassificação da proposta.





7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a fase de julgamento, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar os documentos de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, podendo ser exigida a apresentação complementar de documentos não disponíveis no sistema.

### 8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1. O licitante deverá comprovar sua habilitação jurídica mediante apresentação de:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- e) Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da matriz e comprovação da respectiva vinculação;
- f) Sociedade cooperativa:





- f.1. ata de fundação;
- f.2. estatuto social e suas alterações;
- f.3. regimento interno, quando houver;
- f.4. registro na entidade competente;
- g) Empresa estrangeira: decreto de autorização para funcionamento no País.

#### 8.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

##### 8.4.1. O licitante deverá apresentar:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- e) Prova de regularidade com o FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

8.4.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenham restrições.

8.4.3. Havendo restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização.

#### 8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

##### 8.5.1. O licitante deverá apresentar:





- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) Em caso de recuperação judicial, apresentação de plano homologado que comprove a viabilidade econômico-financeira.

## 8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.6.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.6.2. Para o Lote 01 – Sistema de Climatização Hospitalar, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento e instalação de sistemas de climatização compatíveis com o objeto da contratação, contemplando equipamentos de expansão direta, sistemas VRF, unidades de tratamento de ar, centrais de climatização ou soluções equivalentes.

8.6.3. Para o Lote 02 – Elevador Hospitalar, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar o fornecimento e instalação de elevadores para transporte de passageiros, maca-leito ou equipamentos equivalentes de transporte vertical.

8.6.4. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, conforme a atividade exercida.

8.6.5. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, ou vínculo contratual vigente na data da apresentação da proposta, profissional legalmente habilitado para execução e responsabilidade técnica dos serviços de instalação dos equipamentos objeto da contratação.

8.6.6. A comprovação do vínculo profissional poderá ocorrer mediante apresentação de carteira de trabalho, contrato social, contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou outro documento juridicamente válido.

8.6.7. O responsável técnico deverá possuir registro regular junto ao respectivo conselho profissional competente.





8.6.8. A contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica – TRT referente à instalação dos equipamentos, devidamente registrada junto ao conselho profissional competente, conforme exigência constante do Termo de Referência.

8.6.9. Para fins de elaboração da proposta, os licitantes poderão realizar vistoria técnica facultativa no local de instalação dos equipamentos, mediante prévio agendamento junto à Secretaria de Estado da Saúde, considerando as peculiaridades construtivas, logísticas e operacionais descritas no Termo de Referência.

8.6.10. A não realização da vistoria não poderá ser alegada posteriormente como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais, presumindo-se que o licitante possui pleno conhecimento das condições necessárias à execução do objeto.

## 8.7. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS DO PRODUTO

8.7.1. Os equipamentos ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, sem sinais de remanufatura, recondicionamento ou reutilização, atendendo integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

8.7.2. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro ou pela área técnica competente, catálogo, ficha técnica, prospecto, memorial descritivo ou documentação técnica equivalente dos equipamentos ofertados, contendo informações suficientes para comprovação do atendimento às especificações exigidas.

8.7.3. A documentação técnica apresentada deverá permitir a verificação das características funcionais, operacionais, dimensionais, elétricas, mecânicas e de desempenho dos equipamentos ofertados, bem como dos acessórios e componentes necessários à sua perfeita instalação e funcionamento.

8.7.4. Para o Lote 01 – Sistema de Climatização Hospitalar, a documentação técnica deverá demonstrar a compatibilidade dos equipamentos, componentes e acessórios com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

8.7.5. Para o Lote 02 – Elevador Hospitalar, a documentação técnica deverá demonstrar a compatibilidade do equipamento ofertado com os requisitos de capacidade, dimensões, sistemas de segurança, operação hospitalar para transporte de maca-leito e demais características previstas no Termo de Referência.





8.7.6. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os componentes, acessórios, dispositivos, materiais e serviços necessários à completa instalação, configuração, testes operacionais, comissionamento e entrada em funcionamento, ainda que não expressamente mencionados nas especificações, desde que indispensáveis ao perfeito funcionamento da solução.

8.7.7. A contratada deverá fornecer os manuais de operação, manutenção e demais documentos técnicos aplicáveis, em língua portuguesa.

8.7.8. A ausência da documentação técnica solicitada ou a constatação de incompatibilidade entre os equipamentos ofertados e as especificações constantes do Termo de Referência poderá ensejar a desclassificação da proposta.

8.7.9. A Administração poderá promover diligências para esclarecimento ou complementação das informações técnicas apresentadas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
  - b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis;
- ou





c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a





autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;





11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:





- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.





11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.





11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021

## **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 25101





Fonte de Recurso: 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS / 601 - TRANSFERÊNCIA - ESTRUTURAÇÃO REDE DE SERVIÇOS;

Programa de Trabalho: 25101.10.122.5007.6051.

Elemento de Despesa: 44.90.52.00.

Reservas Orçamentárias: 1991/2026 e 1992/2026

14.2. O custo estimado para a presente contratação é de R\$2.962.817,35 (dois milhões novecentos e sessenta e dois mil oitocentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. São obrigações do Contratante:

15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este Edital, o Termo de Referência e o instrumento contratual;

15.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos bens fornecidos, para que sejam por ele substituídos, reparados ou corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;

15.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por meio de servidor ou comissão designada;

15.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Edital, no contrato e no Termo de Referência;

15.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na legislação vigente e neste instrumento;

15.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

15.1.8. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes;





15.1.9. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, admitida prorrogação motivada por igual período;

15.1.10. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 03 (três) meses;

15.1.11. Notificar os emitentes de garantias, quando aplicável, quanto ao início de processo administrativo;

15.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

## 15.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.2.1. Executar o fornecimento do objeto em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e a proposta apresentada;

15.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

15.2.3. Entregar os bens dentro dos prazos estabelecidos, observando rigorosamente as especificações técnicas exigidas;

15.2.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega;

15.2.5. Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;

15.2.6. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os bens que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade com o Termo de Referência;

15.2.7. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento;





15.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.2.9. Apresentar, sempre que solicitado, documentação que comprove a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

15.2.10. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

15.2.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impacte o fornecimento;

15.2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução contratual;

15.2.13. Cumprir as normas de segurança aplicáveis ao fornecimento e à entrega dos bens;

15.2.14. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sendo vedada a subcontratação, conforme previsto no Termo de Referência;

15.2.15. Arcar com eventuais erros no dimensionamento de sua proposta, não sendo admitido reequilíbrio por falhas de estimativa do próprio contratado;

15.2.16. Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, quando aplicável.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O prazo para pagamento será de, no máximo, 10 (dez) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada e dos documentos exigidos neste Edital e anexos para o pagamento.

16.2. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

16.3. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e o consequente aceite da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, pelo servidor competente ou comissão responsável,





condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

16.3.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e à rescisão contratual.

16.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

16.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.7. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, cujos dados bancários serão indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, devendo ser considerado o Decreto Estadual nº 43.250, de 2022 (O licitante deverá possuir conta no Banco Bradesco).

16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

16.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.





16.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 17. MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

### DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O prazo de entrega dos bens e a sua instalação é de 90 (noventa) dias, contados da ordem de compra, em remessa única.

17.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

17.1.2. Os bens deverão ser entregues no R. Horácio Nóbrega, s/n - Belo Horizonte, Patos - PB, 58085-610 (Hospital Regional Janduy Carneiro – Patos-PB).

17.1.3. A entrega deverá acontecer no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, de segunda à sexta-feira (dias úteis).

#### Instalação e treinamentos





17.1.4. A instalação completa dos equipamentos ficará sob a responsabilidade da contratada, deixando-os habilitados a operar, sem ônus à contratante. O serviço de instalação dos equipamentos deverá estar sujeito à emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, conforme Decisão Normativa do respectivo Conselho de Classe. A ART ou TRT a que o contrato está sujeito deve ser registrada no Conselho de Classe.

17.1.5. Contratada deverá indicar Responsáveis Técnicos, legalmente habilitados: um ou mais responsáveis pela instalação dos equipamentos. O bem fornecido deverá ser instalado nos locais indicados pelo contratado, bem como demonstrado na descrição da solução apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

17.1.6. Para avaliação dos custos, pode-se fazer uma minuciosa avaliação da descrição da solução, pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este instrumento ou a realização de visita ao local de instalação.

17.1.7. Os materiais a serem instalados deverão ser novos e de qualidade adequada. Sendo a tubulação entre o evaporador e o condensador deverá ser em cobre e com o diâmetro adequado para cada equipamento.

17.1.8. Considerando que os itens de aquisição podem ser adquiridos de diversas marcas e fabricantes com equivalência técnica aos que foram especificados em projeto, será necessário que o fornecedor proponente considere a possibilidade de haver adaptações, correções e ajustes na tubulação existente em obra para que possa se adequar a instalação do equipamento. Nesse caso, o fornecimento desses itens de adaptação será de obrigação da empresa contratada. Essa medida é necessária considerando não haver uma possibilidade de estabelecer uma previsão de se será necessária alguma adaptação, pois essa medida pode variar de fabricante/fornecedor e seus produtos. Caso seja necessário, se esta adaptação ficar a cargo da contratante, poderia haver a necessidade de uma nova contratação correlata, somente para se estabelecer essas adaptações.

17.1.9. Também será importante levar em consideração os transportes internos no canteiro de obras para instalação dos equipamentos. No que diz respeito ao equipamento de elevador, o bloco em construção está localizado na área central da Unidade Hospitalar, que não pode ser acessado por caminhão. A depender da metodologia de montagem, será necessário o transporte das peças e equipamentos até o local da execução no interior da obra, podendo haver a necessidade de contratações correlatas de transporte horizontal interno.





17.1.10. No que diz respeito às Unidades de Tratamento de AR, como pode ser verificado em projeto, estão localizadas no 2º pavimento (pavimento técnico) da obra, não podendo ser acessado pelos caminhões de entrega. Nesse caso, será necessário o transporte vertical dos equipamentos até o pavimento indicado, o que pressupõe contratação correlata de equipamentos de içamento ou similares (caso seja necessário). Além de transporte horizontal interno para localização dos equipamentos nos locais indicados em projeto.

17.1.11. Para uma melhor compreensão do sistema desenvolvido para o Hospital bem como das considerações de adaptações, transporte internos e demais operações necessárias para instalação, o projeto de climatização é parte integrante deste documento.

17.1.12. O Responsável Técnico pela realização dos serviços de instalação dos equipamentos de climatização/elevador deverá ser um Engenheiro Mecânico, Técnico em Refrigeração ou profissional equivalente devidamente registrado em conselho de classe que possa exercer as funções de: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaboração de orçamento; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamento e instalação; e execução de desenho técnico, na área de sistemas de climatização e de elevadores, conforme Resolução do respectivo Conselho de Classe.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

17.1.13. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

17.1.14. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

17.1.15. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

17.1.16. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.





17.1.17. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

17.1.18. Uma vez acionada, a Contratada ou a assistência técnica autorizada pela Contratada, deverá realizar o primeiro atendimento in loco no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da data de acionamento à contratada.

17.1.19. A reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de notificação do defeito do equipamento à contratada ou à assistência técnica autorizada.

17.1.20. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

17.1.21. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

17.1.22. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

17.1.23. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

17.1.24. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17.1.25. Após o término da garantia o fabricante e/ou distribuidor e/ou representante deverá garantir a venda de peças de reposição diretamente ao cliente por um período mínimo de 3 (três) anos .





## 17.2. Fiscalização

17.2.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.2.2 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI).

17.2.3 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II).

17.2.4 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, III).

17.2.5 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, artigo 24, IV).

17.2.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

17.2.7 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

17.2.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando





quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

17.2.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

### **17.3. Gestor do Contrato**

17.3.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

17.3.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

17.3.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

17.3.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

17.3.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da





Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

17.3.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

17.3.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **17.4. Do recebimento**

17.4.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

17.4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

17.4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





17.4.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.4.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 17.5. Liquidação

17.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

17.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012;





17.5.4 Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, Não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

17.5.4.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

17.5.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

17.5.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.5.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

17.5.8 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.5.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem





como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.5.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.5.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

#### **17.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

17.6.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com pagamento condicionado ao recebimento definitivo, não havendo complexidade ou risco que justifique a exigência de garantia para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais.

#### **17.7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17.7.2. A vedação decorre da necessidade de manutenção da responsabilidade técnica integral da contratada sobre o fornecimento, instalação, testes operacionais, comissionamento, garantia e assistência técnica dos equipamentos de climatização e do elevador hospitalar, bem como da necessidade de assegurar a compatibilidade entre os componentes fornecidos e a adequada integração dos sistemas.

17.7.3. A medida visa garantir a rastreabilidade das responsabilidades contratuais, a padronização da execução, a qualidade da instalação e a segurança operacional dos equipamentos destinados ao ambiente hospitalar.

#### **18. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO LICITANTE**

18.1. Efetuar o credenciamento junto ao órgão provedor do sistema por intermédio do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).





18.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

18.3. A fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4. Manter o compromisso de executar o objeto deste Edital nas condições estabelecidas e prazo de validade da proposta, caso vencedor da licitação.

18.5. Cumprir os prazos e demais exigências deste Edital.

18.6. Tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, inclusive, da minuta do contrato a ser assinada, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).

19.10. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**20. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:**

20.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.2 ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

20.3 ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

20.4 ANEXO IV - Modelo da proposta de preços - Acesse o link abaixo para baixar o modelo(sugestão): <http://www.centraldecompras.pb.gov.br/appls/ccompras/central.nsf/76381BF6D3C51BE403257AA70059EC3A?OpenPage>

João Pessoa/PB, 09 de junho de 2026.

---

**Luiz Humberto Ruffo Camurça**  
Subgerente de Planejamento das Aquisições e Contratações  
Matrícula nº 178.921-0





ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE  
PARENTESCO

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ N ° \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, CEP, Bairro, Cidade, por intermédio de seu representante legal, (Nome/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no Inciso III do Art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS, cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

João Pessoa, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
[Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa]





## JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

A Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, instituiu a modalidade de licitação denominada Pregão para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, caracterizados pela possibilidade de definição objetiva de seus padrões de desempenho e qualidade por meio de especificações usuais de mercado.

No presente caso, o objeto consiste na **aquisição de equipamentos de climatização e de elevador hospitalar, ambos com instalação, testes operacionais, comissionamento e entrega em funcionamento, destinados à obra de ampliação do Hospital Regional Deputado Janduhy Carneiro, no município de Patos/PB**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

Embora a contratação contemple serviços de instalação e comissionamento, tais atividades possuem caráter acessório e complementar ao fornecimento dos equipamentos, não descaracterizando a natureza predominante de aquisição de bens. As especificações técnicas dos equipamentos, componentes e serviços correlatos encontram-se claramente definidas no Termo de Referência, sendo amplamente conhecidas e disponíveis no mercado, circunstância que permite a formulação objetiva das propostas e a adequada comparação entre os licitantes, enquadrando o objeto como bem comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, mostra-se adequada a adoção da modalidade **Pregão Eletrônico**, por se tratar do procedimento mais compatível com a natureza da contratação, assegurando ampla competitividade, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No que se refere ao critério de julgamento, adotou-se o **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando a necessidade de preservação da compatibilidade técnica, da integração funcional e da responsabilidade única pela execução das soluções que compõem cada grupo de equipamentos.

A contratação foi estruturada em dois lotes distintos, sendo o **Lote 1 destinado ao Sistema de Climatização Hospitalar** e o **Lote 2 destinado ao Elevador Hospitalar**, agrupamento que decorre de critérios técnicos, operacionais e de execução contratual. A divisão por lotes possibilita a participação de empresas especializadas em cada segmento tecnológico, sem comprometer a integração dos componentes que compõem



cada solução, assegurando maior eficiência na instalação, nos testes operacionais, no comissionamento, na assistência técnica e no período de garantia.

A adoção do julgamento por lote mostra-se tecnicamente recomendável em razão da necessidade de compatibilidade entre equipamentos, componentes, acessórios e serviços de instalação, evitando riscos de incompatibilidade técnica, conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos e dificuldades na gestão contratual. Ademais, o agrupamento promove ganhos de escala, otimiza a execução contratual e contribui para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

Embora o julgamento seja realizado pelo menor preço global do lote, o sistema eletrônico operacionalizará a apresentação das propostas e dos lances por item, metodologia necessária para permitir a adequada composição dos preços unitários dos equipamentos e serviços que integram cada lote, assegurando maior transparência na formação dos preços, facilitando a análise da exequibilidade das propostas e possibilitando o adequado acompanhamento da execução contratual.

Quanto ao modo de disputa, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021, adotou-se o **modo de disputa aberto e fechado**, por se revelar o mais adequado às características do objeto e aos interesses da Administração. O referido modo combina uma fase inicial de lances públicos e sucessivos com etapa final de apresentação de lance fechado pelos licitantes mais bem classificados, favorecendo a ampliação da competitividade e potencializando a obtenção de propostas mais vantajosas.

Considerando que a presente contratação possui valor estimado global de **R\$2.962.817,35 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos)**, sendo **R\$2.384.224,83 (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos)** referentes ao Lote 1 – Sistema de Climatização Hospitalar e **R\$578.592,52 (quinhentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos)** referentes ao Lote 2 – Elevador Hospitalar, estabeleceu-se intervalo mínimo entre lances de **R\$100,00 (cem reais)**.

A definição do referido intervalo considerou que o sistema eletrônico recebe propostas e lances individualizados para cada item que compõe os lotes, havendo significativa variação entre os valores unitários estimados dos itens licitados, que variam desde componentes de menor valor unitário até equipamentos de elevada complexidade e custo. Nessas condições, a adoção de intervalo mínimo de R\$ 100,00 revela-se medida proporcional e adequada para conferir racionalidade à disputa, evitar a apresentação de lances irrisórios e promover maior eficiência operacional da sessão pública, sem restringir a competitividade do certame.





Diante do exposto, conclui-se pela adequação da utilização da modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço por lote** e adoção do **modo de disputa aberto e fechado**, por representarem a solução mais compatível com as características do objeto e com os princípios da economicidade, competitividade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

---

**Luiz Humberto Ruffo Camurça**

Subgerente de Planejamento das Aquisições e Contratações para Saúde  
Gerência de Insumos Bens e Serviços para Saúde - GIBSS/SES  
Matrícula nº 178.921-0





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRAS

PROCESSO N° XX.000.XXXXXX.2024

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES)

### 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Pregão eletrônico sem registro de preço para aquisição de **equipamentos de climatização e elevador, com instalação**, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba, destinados a promover a conclusão da obra de reforma do Hospital Regional de Patos Deputado Janduhy Carneiro (HRJC), para implementação do novo bloco cirúrgico e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), nos termos da tabela constante no Anexo I deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 As estimativas de quantidades a serem adquiridas, bem como os códigos dos itens, estão definidas conforme tabela abaixo.

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
1	1	133708	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 5 TR (60.000 Btu/h), compressor do tipo scroll, gás de trabalho R410A, com tratamento anticorrosivo nas aletas da serpentina (gold coated), com capacitor para correção de fator de potência, relé supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 6,1 kW. Com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	7
	2	133709	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 10 TR (120.000 Btu/h), compressor do tipo scroll, gás de trabalho R410A, com tratamento anticorrosivo nas aletas da serpentina (gold coated), com capacitor para correção de fator de potência, relé supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 13,25 kW, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	1
	3	133714	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna), composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo ventilador tipo limit load com pressão estática de 150 mmca, vazão mínima de 3.414 m³/h, capacidade de 5 TR, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	6
	4	133715	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna) conforme termo de referência.	Un.	1



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTÉ em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.  
Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>



SESPRC202439021V04



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

5	133716	Unidade condensadora do tipo VRF (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 20 HP (199.711Btu/h), COP superior a 3,5, nível de ruído máximo de 65 dB(A), peso máximo 285 Kg, compressor do tipo scroll de corrente contínua com ímãs permanentes, gás de trabalho R410A, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	2
6	133717	UNIDADE evaporadora Hospitalar tipo Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade nominal mínima de 7,1 kW (24.073 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1560/1350 m³/h, Filtragem G4/F8 + Hepa BAFH82A63, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	7
7	133718	UNIDADE evaporadora Hospitalar tipo Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade mínima nominal de 4,5 kW (15.400 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1169/1050 m³/h, Filtragem G4/F8 + Hepa BAFH82A50, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	1
8	133719	Unidade evaporadora (unidade interna) tipo HIWALL, serpentina em cobre, para fixação na parede, capacidade nominal de 3,6 kW (12.191Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 588/420 m³/h, instalações conforme especificações técnicas do fabricante e conforme o projeto, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	2
9	133720	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo HIWALL, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 2,2 kW (7.500Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 545/420 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	1
10	133721	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo HIWALL, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 4,3kW (14.760Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 732/581 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	4
11	133722	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo HIWALL, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 5,4kW (18.368Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 840/660 m³/h, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	4
12	133723	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo Cassete, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 9,0kW (30.700Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1470/900 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	2
13	133724	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo Cassete, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 11,2kW (38.200Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 2100/1259 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60HZ, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	1





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

	14	133725	CONTROLADOR Remoto para sistema de ar condicionado tipo VRV, conforme Termo de Referência.	Un.	1
	15	91818	CONTROLE remoto universal para o sistema VRF.	Un.	2
2	16	133736	ELEVADOR tipo cabine fechada para maca leito e passageiros com duas paradas para uso hospitalar. Conforme termo de referência.	Un.	1

1.2.1 Para a aquisição de todos os equipamentos deverá ser incluído o serviço e material necessário para sua instalação de acordo com as normas da ABNT.

1.2.2 Cada lote deve ser adquirido por arrematante único, fornecendo equipamentos compatíveis entre si para todos os itens do lote, para viabilizar o seu adequado funcionamento. Esta exigência deve ser atendida devido à natureza do objeto. Ou seja, **todos os equipamentos de climatização (do item 1 ao item 15) devem ser compatíveis entre si.**

1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 365 **(trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência (TR).

2.2 A Aquisição de equipamentos de climatização e elevador não se encontra descrita no Plano de Contratações Anuais (PCA) 2024 da Secretaria de Estado da Administração (SEAD) por se tratar de solicitação realizada após a sua consolidação.

2.3 Considerando que a aquisição desses equipamentos não fazem parte de uma rotina de compras desta Secretaria, sendo resultado de necessidade advinda durante o processo de execução da unidade de saúde, solicitado pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (Suplan) em 14/06/2024, através do processo SUP-PRC-2024/02088, para continuidade dos serviços e entrega da obra de reforma com funcionalidade.



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTÉ em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.  
Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>



SESPRC202439021V04



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

2.3.1 No Anexo II consta o projeto executivo da obra com as especificações técnicas referentes à climatização e plantas baixas da obra.

2.4 A aquisição de equipamentos de climatização e elevador para a Ampliação do HRJC, em Patos/PB, foi solicitada pela área técnica Subgerência de Acompanhamento de Serviços de Engenharia Sanitária à esta Gerência somente em 14/11/2024, através do processo SES-PRC-2024/34326.

2.5 O detalhamento da necessidade da contratação e do quantitativo cadastrado no PCA 2024 consta pormenorizado no ETP.

### 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste Termo de Referência (TR).

### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Instrução normativa do IBAMA Nº 14/2012 que modifica o procedimento de (IN 207/208) “phase out” dos HCFCs e estabelece o controle das importações de Hidroclorofluorcarbonos - e de misturas, de acordo com o Protocolo de Montreal. Além disso, torna o recolhimento e destinação destes gases obrigatórios, classificando, no parágrafo 12, a ventilação (liberação do gás na atmosfera) como crime ambiental;

4.1.2 Instrução normativa do IBAMA Nº 207/2008 que atende à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal, esta norma restringe e torna o controle dos Hidroclorofluorcarbonos – HCFCs e misturas contendo HCFCs obrigatório;

4.1.3 Instrução normativa do IBAMA Nº 37/2004 Torna o cadastro das empresas que manuseiam substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal obrigatório;

4.1.4 Resolução CONAMA Nº267/2000 que proíbe a importação, fabricação e ventilação das substâncias que destroem a camada de ozônio, também conhecidas como CFCs, e proíbe a fabricação de equipamentos que usem CFC. O uso de CFC em equipamento produzidos antes de 2001 é legal e permitido, assim como o seu comércio;

4.1.5 Resolução CONAMA Nº340/2003 que descreve as restrições de uso de cilindros para o envase de gases de refrigeração, proibindo que cilindros descartáveis sejam reutilizados durante o recolhimento das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal. Faz com que o envio dos cilindros descartáveis para centrais de regeneração seja obrigatório;





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

4.1.6 Lei Nº12305/2010 que estipula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e considera os gases contidos em recipientes como resíduos sólidos;

4.1.7 ABNT NBR 15.976:2011 para a redução das emissões de fluidos frigoríficos halogenados em equipamentos e instalações estacionárias de refrigeração e ar condicionado — Requisitos gerais e procedimentos;

4.1.8 ABNT NBR 15.960:2021 Fluidos frigoríficos — Recolhimento, reciclagem e regeneração (3R);

4.1.9 ABNT NBR 15.833:2010 Manufatura reversa – Aparelhos de refrigeração;

4.1.10 ABNT NBR 16.069:2010 Segurança em sistemas frigoríficos;

4.1.11 ABNT NBR 16.186:2013 para refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido frigorífico, manutenção e reparos;

4.1.12 Normas AHRI - 700/2015 onde o American Heat and Refrigeration Institute (AHRI) estabelece os padrões químicos e físicos dos gases de refrigeração. Cada equipamento refrigerante foi desenhado considerando o uso de um gás em particular, ou seja, seu bom funcionamento depende das características e propriedades deste gás estarem corretas;

4.1.13 Normas ASHARE Padrão 15 - Safety Standard for Refrigeration Systems and Designation and Classification of Refrigerants (ANSI Approved) - descreve os procedimentos de para a operação de equipamentos e sistemas de refrigeração e de ar condicionado usando os fluidos frigoríficos;

4.1.14 Normas ASHARE Padrão 34 - Designation and Classification of Refrigerants (ANSI Approved) descreve o procedimento de nomear os fluidos frigoríficos e a sua classificação de segurança, baseado nos dados da sua toxicidade e inflamabilidade.

**Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares OU nos autos do processo licitatório.

4.2.1 Os equipamentos elencados no projeto seguiram as especificações de fabricantes específicos a título de seleção de características de compatibilização entre os outros elementos do sistema. No entanto, podem ser considerados outros fabricantes que apresentem equivalência técnica às especificações solicitadas para essa aquisição. Essa equivalência pode ser considerada, verificando a descrição dos itens que irão ser solicitados para compra, além de incluir as instalações de todos os equipamentos. Segue indicação de marcas:

- A. Item 1: RAP060ES Hitachi ou superior;
- B. Item 2: RAP110DS Hitachi ou superior;
- C. Item 3: TROX ICH-DX HTS-D TAM.5;
- D. Item 4: TROX ICH-DX HTS-E TAM.10;
- E. Item 5: RXQ20AYM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- F. Item 6: FXBQ63PVE Daikin, Hitachi, Trox ou equivalente superior;
- G. Item 7: FXBQ63PVE Daikin, Hitachi, Trox ou equivalente superior;



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTÉ em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.  
Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>



SESPRC202439021V04



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- H. Item 8: FXAQ32AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- I. Item 9: FXAQ20AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- J. Item 10: FXAQ40AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- K. Item 11: FXAQ50AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- L. Item 12: FXFSQ80AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- M. Item 13: FXFSQ100AVM Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- N. Item 14: DCS302CA61, Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;
- O. Item 15: BRC4M150W16, Daikin, Hitachi, Samsung ou equivalente superior;

**Subcontratação:**

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação:**

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que as características do objeto e do fornecimento já que a formalização dos contratos e posterior execução serão de acordo com a necessidade do órgão e o pagamento dos valores contratados serão efetivados somente após o recebimento do objeto.

**5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega:**

5.1 O prazo de entrega dos bens e a sua instalação é de **90 (noventa) dias**, contados da ordem de compra, em remessa **única**.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **30 (trinta) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no **R. Horácio Nóbrega, s/n - Belo Horizonte, Patos - PB, 58085-610 (Hospital Regional Janduy Carneiro – Patos-PB)**.

5.3.1 A entrega deverá acontecer no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, de segunda à sexta-feira (dias úteis).

**Instalação e treinamentos**

5.4 A instalação completa dos equipamentos ficará sob a responsabilidade da contratada, deixando-os habilitados a operar, sem ônus a contratante. O serviço de instalação dos equipamentos deverá estar sujeito à emissão de Anotação





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

de Responsabilidade Técnica – ART ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, conforme Decisão Normativa do respectivo Conselho de Classe. A ART ou TRT a que o contrato está sujeito deve ser registrada no Conselho de Classe.

5.4.1 Contratada deverá indicar Responsáveis Técnicos, legalmente habilitados: um ou mais responsáveis pela instalação dos equipamentos. O bem fornecido deverá ser instalado nos locais indicados pelo contratado, bem como demonstrado na descrição da solução apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

5.4.2 Para avaliação dos custos, pode-se fazer uma minuciosa avaliação da descrição da solução, pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice a este instrumento ou a realização de visita ao local de instalação.

5.4.3 Os materiais a serem instalados deverão ser novos e de qualidade adequada. Sendo a tubulação entre o evaporador e o condensador deverá ser em cobre e com o diâmetro adequado para cada equipamento.

5.4.4 Considerando que os itens de aquisição podem ser adquiridos de diversas marcas e fabricantes com equivalência técnica aos que foram especificados em projeto, será necessário que o fornecedor proponente considere a possibilidade de haver adaptações, correções e ajustes na tubulação existente em obra para que possa se adequar a instalação do equipamento. Nesse caso, o fornecimento desses itens de adaptação será de obrigação da empresa contratada. Essa medida é necessária considerando não haver uma possibilidade de estabelecer uma previsão de se será necessária alguma adaptação pois essa medida pode variar de fabricante/fornecedor e seus produtos. Caso seja necessário, se esta adaptação ficar a cargo da contratante, poderia haver a necessidade de uma nova contratação correlata, somente para se estabelecer essas adaptações.

5.4.5 Também será importante levar em consideração os transportes internos no canteiro de obras para instalação dos equipamentos. No que diz respeito o equipamento de elevador, o bloco em construção está localizado na área central da Unidade Hospitalar, que não pode ser acessado por caminhão. A depender da metodologia de montagem, será necessário o transporte das peças e equipamentos até o local da execução no interior da obra, podendo haver a necessidade de contratações correlatas de transporte horizontal interno.

5.4.6 No que diz respeito às Unidades de Tratamento de AR, como pode ser verificado em projeto, estão localizadas no 2º pavimento (pavimento técnico) da obra, não podendo ser acessado pelos caminhões de entrega. Nesse caso, será necessário o transporte vertical dos equipamentos até o pavimento indicado, o que pressupõe contratação correlata de equipamentos de içamento ou similares (caso seja necessário). Além de transporte horizontal interno para localização dos equipamentos nos locais indicados em projeto.

5.4.7 Para uma melhor compreensão do sistema desenvolvido para o Hospital bem como das considerações de adaptações, transporte internos e demais operações necessárias para instalação, o projeto de climatização é parte integrante deste documento.

5.4.8 O Responsável Técnico pela realização dos serviços de instalação dos equipamentos de climatização/elevador deverá ser um Engenheiro Mecânico, Técnico em Refrigeração ou profissional equivalente devidamente registrado em conselho de classe que possa exercer as funções de: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; elaboração de orçamento; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamento e instalação; e execução de





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

desenho técnico, na área de sistemas de climatização e de elevadores, conforme Resolução do respectivo Conselho de Classe.

**Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.5 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10 Uma vez acionada, a Contratada ou a assistência técnica autorizada pela Contratada, deverá realizar o primeiro atendimento *in loco* no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da data de acionamento à contratada.

5.10.1 A reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data de notificação do defeito do equipamento à contratada ou à assistência técnica autorizada.

5.11 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

5.12 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

5.14 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.15 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.16 Após o término da garantia o fabricante e/ou distribuidor e/ou representante deverá garantir a venda de peças de reposição diretamente ao cliente por um período mínimo de **3 (três) anos**.

**Exigências quanto ao produto ofertado:**

5.17 Por ocasião da entrega do objeto, o(s) produto(s) deverá estar acondicionado em embalagem original do fabricante com lacre original de fábrica, nome do responsável técnico, lote, data de fabricação.

5.18 A entrega do objeto deverá ser acompanhada do respectivo documento fiscal, no qual constarão as indicações referentes a: descrição detalhada do objeto, marca, fabricante, modelo, lote, procedência, no que couber.

5.19 O transporte vertical (içamento) e horizontal (interno) no local de entrega, para instalação, deverá ser de responsabilidade da contratada, portanto, deve ser considerado nos valores da proposta.

5.20 Em se tratando de equipamentos de climatização (Lote 1), as serpentinas dos evaporadores e dos condensadores devem ser de cobre; realizar conexões frigoríficas necessárias entre tubulação e equipamento; fixação nos locais destinados; realizar vácuo nas tubulações, carga de gás refrigerante sempre que necessário na instalação; isolamentos térmicos necessários, realizar toda parametrização dos equipamentos; mão de obra adequada, fornecimento de controles remotos para cada evaporador; com garantia mínima de 1 ano; poderão ser necessárias adequações nos locais de instalação. Necessário considerar custos de entrega e instalação na cidade de Patos-PB, conexão elétrica dos equipamentos até o ponto elétrico destinado para os equipamentos de climatização, além dos demais itens e materiais necessários para o perfeito funcionamento do equipamento que devem ser incluídos no momento da elaboração da proposta.

5.20.1 A UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna) com código de nº 133715, composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo ventilador tipo limit load com pressão estática aproximada de 150 mmca, vazão mínima de 6.808 m³/h, capacidade de 15 TR, com instalação.

5.20.2 CONTROLE remoto universal para o sistema VRF, com código de nº 91818, deve ser de marca compatível ao sistema VRF, afim de controlar e automatizar cada grupo, sendo possível gerenciar o sistema de ar-condicionado remotamente, utilizando um smartphone, tablet ou computador conectado à rede Wi-Fi. Acesso direto a cada sistema sem a necessidade de visitas presenciais para verificação e manutenção do sistema de ar condicionado, além de permitir um monitoramento abrangente do ar interno através da tela do dispositivo, Referência BRC4M150W16, Daikin, Hitachi, Samsung ou Superior.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.21 Em se tratando do Elevador, com código de nº 133736 (Lote 2), deve ser para uso hospitalar tipo cabine fechada para maca leito e passageiros com duas paradas para uso hospitalar, com arquitetura prevista em projeto, sendo necessária abertura em dois lados no primeiro pavimento e abertura em um lado no segundo pavimento, com carga prevista no projeto elétrico no QD-E de 7500W disponibilizada; deve ter cabine em Inox com dimensões mínimas de 1,5m na largura por 2,2m no comprimento; portas em inox com vão útil mínimo de 1,2m protegidas por barreira infravermelha supersensíveis; portas de pavimentos e de cabine automáticas; capacidade de carga de no mínimo 1200 Kg; entre 12 e 16 passageiros; Bate maca (proteção interna); alarme para excesso de peso; dimensões do fosso 3,00 m de comprimento por 2,30 m de Largura; pavimento térreo altura 4,0 m, conforme Projeto arquitetônico da obra; Iluminação; Botoeiras com alta proteção e prensa suave; Indicador Digital de Posição e Movimentação; possuir duas paradas; Renivelamento automático em todos os pavimentos; Elimina degraus, facilitando embarques e desembarques; velocidade entre 1 a 2 m/s; com garantia mínima de 1 ano; de acordo com a NBR14712, NBR 16858 e demais Normas Técnicas correlacionadas. Necessário considerar custos de entrega e de instalação na cidade de Patos-PB, conexão elétrica do equipamento até o ponto elétrico destinado para o Elevador, além dos demais itens e materiais necessários para o perfeito funcionamento do equipamento que devem ser incluídos no momento da elaboração da proposta.

## 6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização:

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.10 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

6.12 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

6.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

**Gestor do Contrato:**

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento:

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento físico dos equipamentos descritos na nota fiscal de cada remessa ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação:**

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, § 3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- A. a data da emissão;
- B. os dados do contrato e do órgão contratante;
- C. o período respectivo de execução do contrato;
- D. o valor a pagar; e
- E. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.9.1 Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.9.1.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.9.2 Observar as disposições da Instrução Normativa SEAD/CGE nº 01/2016 (SIGBP PB).

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

**Prazo de pagamento:**

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

**Forma de pagamento:**

7.19 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários (BANCO BRADESCO) indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.21.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21.3 Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

7.22 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

**Forma de fornecimento:**

8.2 O fornecimento do objeto será INTEGRAL.

**Exigências de habilitação técnica:**





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

8.3 Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 A Contratada, responsável pela **instalação dos equipamentos**, deverá comprovar junto à Contratante, o registro da empresa junto aos Conselhos de Classe.

8.3.2 **Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens** similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto da Contratada, dentre outros documentos.

8.3.3 Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de Instalação, cuja subcontratação foi expressamente autorizada no tópico pertinente.

8.3.4 A Contratada, responsável pela instalação dos equipamentos, deverá comprovar junto à Contratante, o registro da empresa junto aos Conselhos de Classe.

8.3.5 A Contratada deve apresentar acervo demonstrando que já realizou o fornecimento de equipamentos de ar condicionados anteriormente para órgãos públicos ou privados.

8.3.6 A Contratada deve ser autorizada pela marca fornecida e instalada a fim de garantir a qualidade do serviço.

## 9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

9.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 42 do Decreto nº 43.759/2023):

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;





ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 9.2.2 decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**10 ANEXO (S)**

10.1 Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e valor estimado da contratação.

10.2 Anexo II - Projeto executivo e plantas baixas da obra de reforma.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica

**FRANCISCO DE ASSIS GONDIM**

Engenheiro Mecânico

Subgerência de Acompanhamento dos Serviços de Engenharia

Matrícula nº 176568-0

**VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS**

Engenheiro Civil

Subgerência de Acompanhamento dos Serviços de Engenharia

Matrícula nº 917.242-4

**JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE**

Chefe De Núcleo De Planejamento De Equipamentos Para Saúde E Afins

Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações

Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde

Secretaria de Estado da Saúde

Matrícula nº 194.189-5

**LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA**

Subgerência de Planejamento da Aquisições e Contratações

Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde - SES/PB

Matrícula nº 178.921-0

**EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE**

Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde

Secretaria de Estado da Saúde

Matrícula: 191.480-4



SESPRC202439021V04



ESTADO DA PARAÍBA  
**GOVERNO DO ESTADO**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Autorizado por:

**ARIMATHEUS SILVA REIS**  
Secretário de Estado da Saúde  
Matrícula: 191.365-4

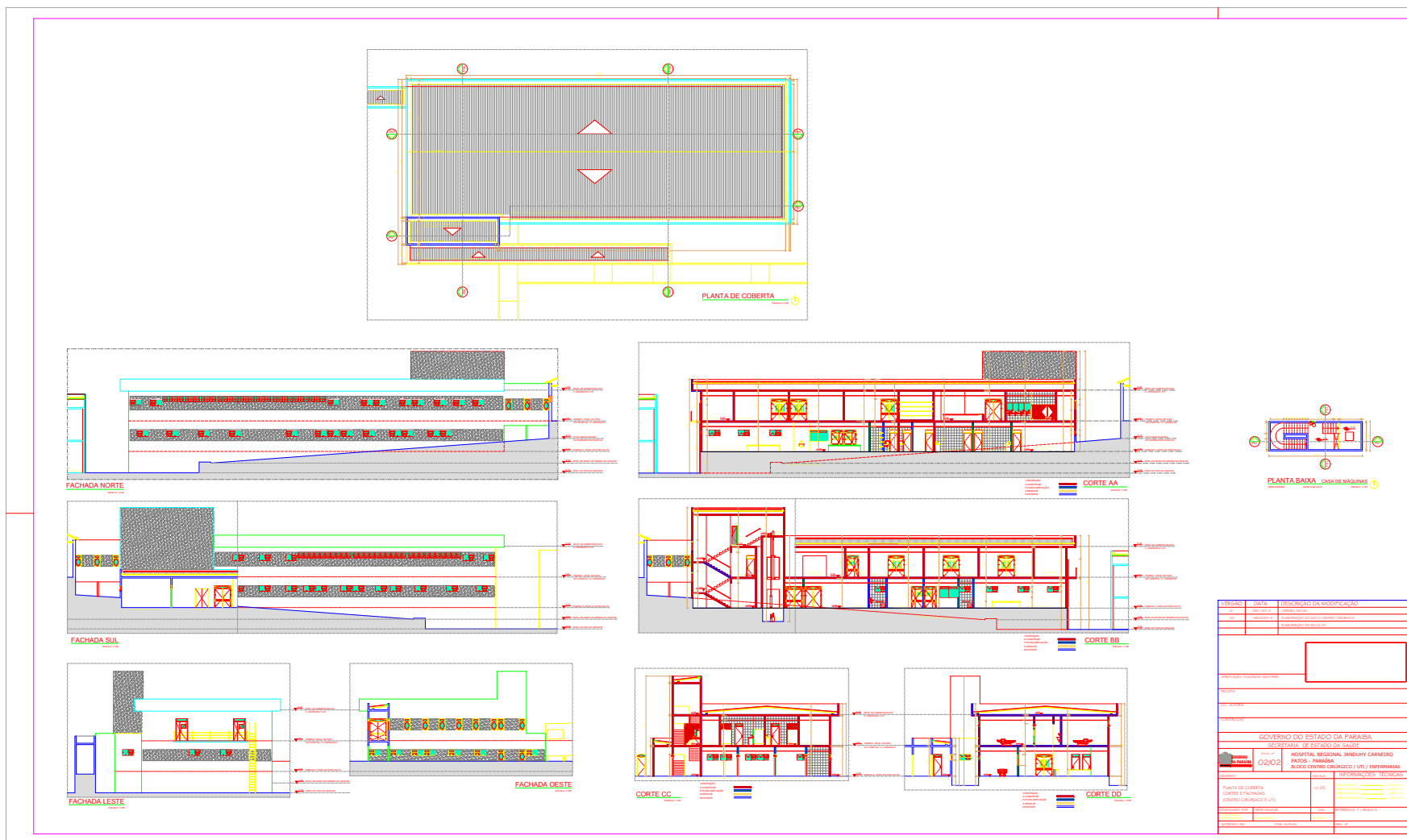


Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.  
Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>



SESPRC202439021V04

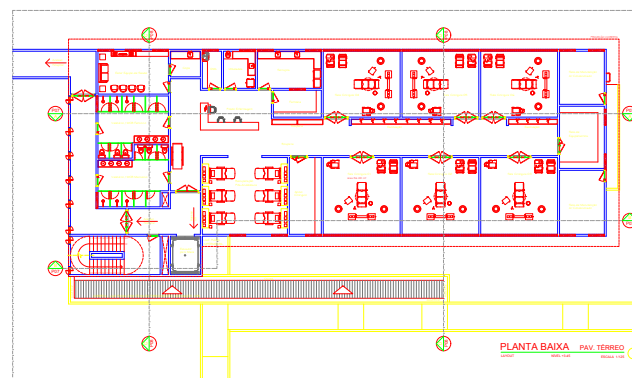
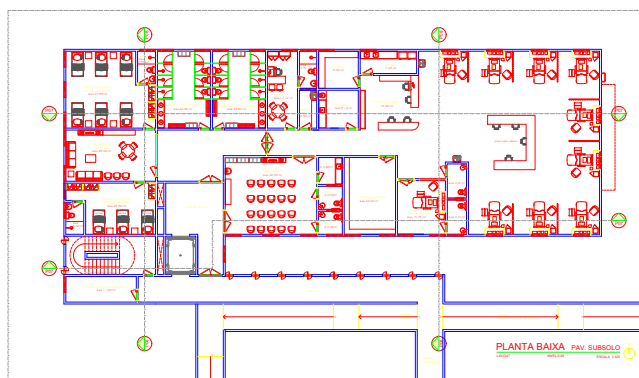
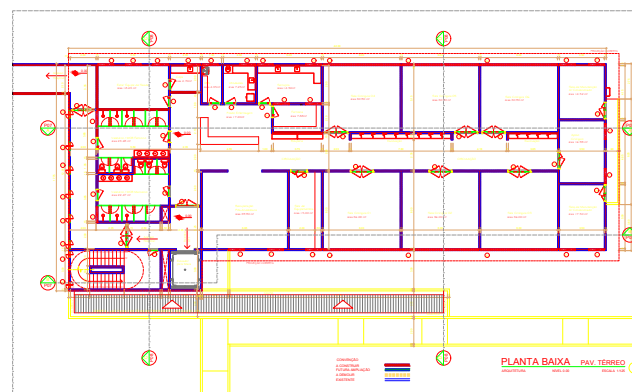
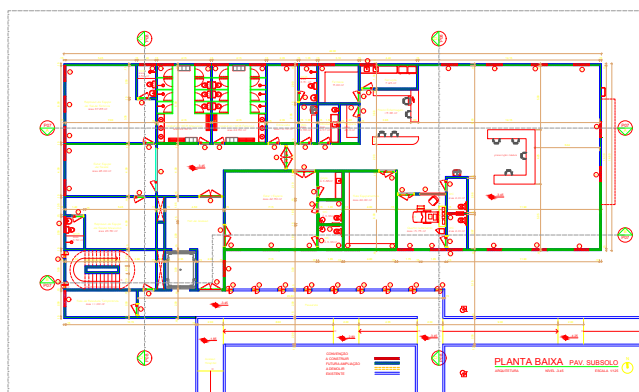
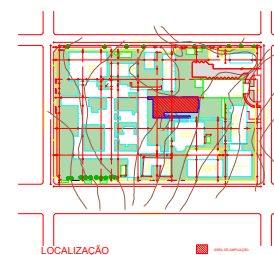
## Anexo II - Projeto executivo e plantas baixas da obra de reforma



SES-PRC202439021V04



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES111219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.  
Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>

[illegible]

NOME		DESCRIÇÃO DA INDICAÇÃO/FUNÇÃO
01	ANA LOPES	GERENTE GERAL
02	ROSANGELA	ENFERMEIRA DO CENTRO CIRURGICO
		ENFERMEIRA DO INTENSIVO
		ENFERMEIRA DO INTENSIVO DE REPERCUSSÃO

APRESENTAÇÃO: CONSULTA, EXAME

PROBLEMA

PRÓXIMO

PREVENÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE SAÚDE

SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL JANDYRHY CARNEIRO

PATOS - PARAIBA

BLOCO CENTRIGUÍCO / UTI / ENFERMIARIAS

Unidade	Unidade	INFORMAÇÕES TÉCNICAS
PLANTAS RÁPIDAS	UTI 25	Unidade de Terapia Intensiva 25 leitos
PRONTO-SOCORRO		Unidade de Pronto-Socorro 25 leitos
CENTRO CIRURGICO E UTI		Unidade de Centro Cirurgico e UTI 25 leitos

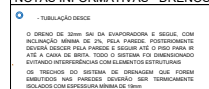
ADMINISTRATIVO	GERENCIAMENTO	CLÍNICA	PREVENÇÃO E AVALIAÇÃO
COORDENADOR	COORDENADOR	COORDENADOR	COORDENADOR



Assinado com senha por [SES118457] [SENHA] LUIZ HUMBERTO RUFFO CAMURÇA em 05/09/2025 - 15:10hs, [SES111434] [SENHA] LIZANDRA EMILY DE ARAUJO GALVÃO em 05/09/2025 - 15:23hs, [SES98863] [SENHA] EDJARDE SANDRO CAVALCANTE ARCOVERDE em 05/09/2025 - 15:24hs, [SES89736] [SENHA] VINÍCIUS MEDEIROS DE MORAIS em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES89705] [SENHA] FRANCISCO DE ASSIS GONDIM em 05/09/2025 - 15:32hs, [SES23973] [SENHA] KEYLLA GARCIA DE SOUSA em 05/09/2025 - 15:36hs, [SES11219] [SENHA] JULIANA TEREZA E SILVA PARENTE em 05/09/2025 - 15:37hs e [SES73527] [SENHA] ARIMATHEUS SILVA REIS em 08/09/2025 - 11:57hs.

Documento Nº: 6703971.71795444-1143 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.71795444-1143>





rígido em chapa galvanizada.





**N P P - NÚCLEO DE PESQUISA DE PREÇOS - SES/PB**

**202439021**

**LISTA DOS ITENS COM ESTIMATIVA PARA CONTRATAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO**

Aquisição de equipamentos de climatização e de elevador, ambos com instalação, para a obra de Ampliação do Hospital Janduhy Carneiro, em Patos/PB							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UNID	QNTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	1	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 5 TR (60.000 Btu/h), compressor do poscroll, gás de trabalho R410A, com tratamento anticorrosivo nas aletas da serpentina (goldcoated), com capacitor para correção de fator de potência, relé supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 6,1 kW. Com instalação, conforme Termo de Referência.	133708	UNID	7	R\$ 34.833,90	R\$ 243.837,30
	2	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 10 TR (120.000 Btu/h), compressor do poscroll, gás de trabalho R410A, com tratamento anticorrosivo nas aletas da serpentina (goldcoated), com capacitor para correção de fator de potência, relé supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 13,25 kW, com instalação, conforme Termo de Referência.	133709	UNID	1	R\$ 63.804,66	R\$ 63.804,66
	3	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna), composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo ventilador po limit load com pressão estática de 150 mmca, vazão mínima de 3.414 m³/h, capacidade de 5 TR, com instalação, conforme Termo de Referência.	133714	UNID	6	R\$ 75.371,97	R\$ 452.231,82
	4	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna), composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo ventilador po limit load com pressão estática aproximada de 150 mmca, vazão mínima de 6.808 m³/h, capacidade de 10 TR, com instalação, conforme Termo de Referência.	133715	UNID	1	R\$ 152.984,61	R\$ 152.984,61
	5	UNIDADE Condensadora do po VRF (unidade externa), serpentina em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 20 HP (199.711Btu/h), COP superior a 3,5, nível de ruído máximo de 65 dB(A), peso máximo 285 Kg, compressor do po scroll de corrente contínua com ímãs permanentes, gás de trabalho R410A, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, com instalação, conforme Termo de Referência.	133716	UNID	2	R\$ 287.434,77	R\$ 574.869,54
	6	UNIDADE evaporadora Hospitalar po Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade nominal mínima de 7,1 kW (24.073 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1560/1350 m³/h, Filtragem G4/F8 + Hepa BAFH82A63, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133717	UNID	7	R\$ 73.346,96	R\$ 513.428,72



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CODIGO	UNID	QNTD	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	7	UNIDADE evaporadora Hospitalar po Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade mínima nominal de 4,5 kW (15.400 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1169/1050 m³/h, Filtragem G4/F8 + Hepa BAFH82A50, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133718	UNID	1	R\$ 68.950,76	R\$ 68.950,76
	8	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, para fixação na parede, capacidade nominal de 3,6 kW (12.191Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 588/420 m³/h, instalações conforme especificações técnicas do fabricante e onforme o projeto, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133719	UNID	2	R\$ 13.973,77	R\$ 27.947,54
	9	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 2,2 kW (7.500Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 545/420 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133720	UNID	1	R\$ 14.054,28	R\$ 14.054,28
	10	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 4,3kW (14.760Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 732/581 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133721	UNID	4	R\$ 17.329,25	R\$ 69.317,00
	11	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 5,4kW (18.368Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 840/660 m³/h, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133722	UNID	4	R\$ 16.623,57	R\$ 66.494,28
	12	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po Cassete, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 9,0kW (30.700Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1470/900 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133723	UNID	2	R\$ 39.684,65	R\$ 79.369,30
	13	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po Cassete, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 11,2kW (38.200Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 2100/1259 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	133724	UNID	1	R\$ 42.660,93	R\$ 42.660,93
	14	CONTROLADOR Remoto para sistema de ar condicionado po VRV, conforme Termo de Referência.	133725	UNID	1	R\$ 5.816,73	R\$ 5.816,73
	15	CONTROLE remoto universal para o sistema VRF.	91818	UNID	2	R\$ 4.228,68	R\$ 8.457,36
TOTAL PREÇO ESTIMADO LOTE 1						R\$	2.384.224,83
2	16	ELEVADOR tipo cabine fechada para maca leito e passageiros com duas paradas para uso hospitalar; deve ter cabine em Inox com dimensões mínimas de 1,5m na largura por 2,2m no comprimento; portas em inox com vão úl mínimo de 1,2m protegidas por barreira infravermelha supersensíveis; portas de pavimentos e de cabine automáticas; capacidade de carga de no mínimo 1200 Kg; entre 12 e 16 passageiros; Bate maca (proteção nas laterais e fundo da cabine); Iluminação; Botoeiras com alta proteção e prensa suave; ndicador Digital de Posição e Movimentação; com garana mínima de 1 ano; Detalhamento conforme Termo de Referência.	133736	UNID	1	R\$ 578.592,52	R\$ 578.592,52
TOTAL PREÇO ESTIMADO LOTE 2						R\$	578.592,52
TOTAL PREÇO ESTIMADO GLOBAL						R\$	2.962.817,35

**Estela Costa de Andrade e Silva**  
 Assistente Administrativo  
 Matrícula 946.582-1

**George Alexandre Ribeiro de Oliveira**  
 Chefe do NPP  
 Matrícula 191.485-5



Assinado com senha por [SES98978] [SENHA] ESTELA COSTA DE ANDRADE E SILVA em 05/02/2026 - 15:41hs.  
 Documento Nº: 6703971.84466834-1473 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.84466834-1473>



SESPRC202439021V04



## MINUTA

PROCESSO CENTRAL DE COMPRAS Nº 25.000.039021.2025

PROCESSO PBDoc Nº: SES-PRC-2024/39021

ÓRGÃO REQUISITANTE: Núcleo de Planejamento de Equipamentos para Saúde e Afins (NPE) / Subgerência de Planejamento das Aquisições e Contratações (SPAC) / Gerência de Insumos, Bens e Serviços para Saúde (GIBSS)

MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2024

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com sede na Avenida Dom Pedro II, n.º 1826, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o nº 08.778.268/0001-60, na cidade de João Pessoa/Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.268/0001-60, neste ato representada pelo seu Secretário **ARIMATHEUS SILVA REIS**, brasileiro, solteiro, Matrícula n. 191.365-4, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) empresa .....inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25.000.039021.2025 em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 0005/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO E DE ELEVADOR, AMBOS COM INSTALAÇÃO, PARA A OBRA DE AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL JANDUHY CARNEIRO, EM PATOS/PB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.

1.3. Objeto da contratação:

LOTE	ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.0	133708	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpenna em cobre com descarga axial vertical, capacidade nominal de 5 TR (60.000 Btu/h), compressor do poscroll, gás de trabalho R410A, com tratamento anticorrosivo nas aletas da serpenna (goldcoated), com capacitor para correção de fator de potência, relé	Un.	7	R\$ 34.833,90	R\$ 243.837,30

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES125274] [SENHA] CELISE MOREIRA ARAUJO DE LUCENA em 11/02/2026 - 17:12hs.  
Documento Nº: 6703971.84984217-4083 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.84984217-4083>



SESPRC202439021V05



			supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 6,1 kW. Com instalação, conforme Termo de Referência.				
1	2	133709	UNIDADE condensadora para central de ar (unidade externa), serpenna em cobre com descarga axial vercal, capacidade nominal de 10 TR (120.000 Btu/h), compressor do poscroll, gás de trabalho R410A, com tratamento ancorrosivo nas aletas da serpenna (goldcoated), com capacitor para correção de fator de potência, relé supervisor de inversão e falta de fase, tensão de trabalho trifásica em 380 Volts, potência elétrica mínima: 13,25 kW, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	1	R\$ 63.804,66	R\$ 63.804,66
1	3	133714	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna), composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo venclador po limit load com pressão estáca de 150 mmca, vazão mínima de 3.414 m³/h, capacidade de 5 TR, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	6	R\$ 75.371,97	R\$ 452.231,82
1	4	133715	UNIDADE de tratamento de ar (unidade interna), composto por caixa de mistura, caixa de filtragem contendo filtros G4+F7, módulo trocador de calor com bandeja de condensado em aço inox ou em plástico resistente e módulo venclador po limit load com pressão stáca aproximada de 150 mmca, vazão mínima de 6.808 m³/h, capacidade de 10 TR, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	1	R\$ 152.984,61	R\$ 152.984,61
1	5	133712	UNIDADE Condensadora do po VRF (unidade externa), serpenna em cobre com descarga axial vercal, capacidade nominal de 20 HP (199.711Btu/h), COP superior a 3,5, nível de ruído máximo de 65 dB(A), peso máximo 285 Kg, compressor do po scroll de corrente connua com ímãs permanentes, gás de trabalho R410A, tensão de trabalho = trifásica em 380 Volts, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	2	R\$ 287.434,77	R\$ 287.434,77
1	6	133717	UNIDADE evaporadora Hospitalar po Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade nominal mínima de de 7,1 kW (24.073 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1560/1350 m³/h, Filtragem G4/F8	Un.	7	R\$ 73.346,96	R\$ 73.346,96

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





			+ Hepa BAFH82A63, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.				
1	7	133718	UNIDADE evaporadora Hospitalar po Clean próprio para ser instalada no entreferro, com fixação no teto, capacidade mínima nominal de 4,5 kW (15.400 Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1169/1050 m³/h, Filtragem G4/F8 + Hepa BAFH82A50, tensão de trabalho monofásica 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	1	R\$ 68.950,76	R\$ 68.950,76
1	8	133719	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, para fixação na parede, capacidade nominal de 3,6 kW (12.191Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 588/420 m³/h, instalações conforme especificações técnicas do fabricante e onforme o projeto, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	2	R\$ 13.973,77	R\$ 27.947,54
1	9	133720	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 2,2 kW (7.500Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 545/420 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	1	R\$ 14.054,28	R\$ 14.054,28
1	10	133721	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 4,3kW (14.760Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 732/581 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	4	R\$ 17.329,25	R\$ 69.317,00
1	11	133722	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po HIWALL, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 5,4kW (18.368Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 840/660 m³/h, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de	Un.	4	R\$ 16.623,57	R\$ 66.494,28

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





			Referência.				
1	12	133723	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po Cassete, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 9,0kW (30.700Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 1470/900 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60 Hz, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência.	Un.	2	R\$ 39.684,65	R\$ 79.369,30
1	13	133720	UNIDADE evaporadora (unidade interna) po Cassete, serpenna em cobre, capacidade mínima nominal de 11,2kW (38.200Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 2100/1259 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60HZ, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme Termo de Referência	Un.	1	R\$ 42.660,93	R\$ 42.660,93
1	14	133721	CONTROLADOR Remoto para sistema de ar condicionado po VRV, conforme Termo de Referência	Un.	1	R\$ 5.816,73	R\$ 5.816,73
1	15	91818	CONTROLE remoto universal para o sistema VRF	Un.	2	R\$ 4.228,68	R\$ 8.457,36
2	16	133736	ELEVADOR tipo cabine fechada para maca leito e passageiros com duas paradas para uso hospitalar; deve ter cabine em Inox com dimensões mínimas de 1,5m na largura por 2,2m no comprimento; portas em inox com vão úl mínimo de 1,2m protegidas por barreira infravermelha supersensíveis; portas de pavimentos e de cabine automáticas; capacidade de carga de no mínimo 1200 Kg; entre 12 e 16 passageiros; Bate maca (proteção nas laterais e fundo da cabine); Iluminação; Botoeiras com alta proteção e prensa suave; ndicador Digital de Posição e Movimentação; com garana mínima de 1 ano; Detalhamento conforme Termo de Referência.	Un.	1	R\$ 578.592,52	R\$ 578.592,52
1	17	133724	UNIDADE evaporadora (unidade interna) tipo Cassete, serpentina em cobre, capacidade mínima nominal de 11,2kW (38.200Btu/h), vazão mínima de ar no evaporador de 2100/1259 m³/h, tensão de trabalho = monofásica em 220 Volts 60HZ, com controle remoto sem fio. Unidade ligada ao sistema VRF, com instalação, conforme	Un.	1		

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



			Termo de Referência				
1	18	133725	CONTROLADOR Remoto para sistema de ar condicionado tipo VRV, conforme Termo de Referência.	Un.	1		
2	19	133736	Elevador tipo cabine fechada para maca leito e passageiros com duas paradas para uso hospitalar; deve ter cabine em Inox com dimensões mínimas de 1,5m na largura por 2,2m no comprimento; portas em inox com vão útil mínimo de 1,2m protegidas por barreira infravermelha supersensíveis; portas de pavimentos e de cabine automáticas; capacidade de carga de no mínimo 1200 Kg; entre 12 e 16 passageiros; Bate maca (proteção nas laterais e fundo da cabine); Iluminação; Botoeiras com alta proteção e prensa suave; Indicador Digital de Posição e Movimentação; Renivelamento automático em todos os pavimentos; alarme para excesso de peso; sem degraus, facilitando embarques e desembarques; velocidade entre 1 a 2 m/s; dimensões do fosso 3,00 m de comprimento por 2,35 m de Largura; com garantia mínima de 1 ano; Detalhamento conforme Termo de Referência.	Un.	1		
							R\$ 2.962.817,35

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma dos artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)**

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 2.962.817,35**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>**

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES125274] [SENHA] CELISE MOREIRA ARAUJO DE LUCENA em 11/02/2026 - 17:12hs.  
Documento Nº: 6703971.84984217-4083 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.84984217-4083>



SESPRC202439021V05



- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 03 (três) meses.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**iv. Multa:**

1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias;
2. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Secretaria de Estado da Saúde**<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000





- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SESPRC202439021V05



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: 25.101

13.1.2. Fonte de Recursos: 500

13.1.3. Programa de Trabalho: 5007

13.1.4. Elemento de Despesa: 6051

**Secretaria de Estado da Saúde**<sup>ISTN</sup>

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE



GOVERNO  
DA PARAÍBA

- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:
- 13.1.7. Reserva Orçamentária: 1991 E 1992

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em João Pessoa, Seção Judiciária de João Pessoa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

João Pessoa/PB, data da assinatura eletrônica.

ARIMATHEUS SILVA REIS  
SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO  
Pela CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

CPF:

Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>  
Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



SECRETARIA DE ESTADO  
DA SAÚDE



GOVERNO  
DA PARAIBA

Pela CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

1. Nome: \_\_\_\_\_

CNPF-MF n°:

R.G n°:

2. Nome: \_\_\_\_\_

CNPF-MF n°:

R.G n°:

**Secretaria de Estado da Saúde<sup>ISTN</sup>**

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre CEP 58.040-440 - João Pessoa/PB (83) 3211-9000



Assinado com senha por [SES125274] [SENHA] CELISE MOREIRA ARAUJO DE LUCENA em 11/02/2026 - 17:12hs.  
Documento Nº: 6703971.84984217-4083 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6703971.84984217-4083>



SESPRC202439021V05